

**DESCOLONIZAR O INCONSCIENTE COLETIVO ESCOLAR: UMA AÇÃO
FILOSÓFICA PARA O SECULO XXI**
[DECOLONIZING THE COLLECTIVE SCHOOL UNCONSCIOUS: A
PHILOSOPHICAL ACTION FOR THE 21ST CENTURY]

Junot Cornélio MATOS

Professor do Departamento de Filosofia da UFPE e do
Programa de Pós-graduação em Educação da UFAL.
Doutor em Educação pela UNICAMP e Mestre em
Filosofia pela UFPE.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0669-2066>
E-mail: junotcmatos@gmail.com

Adailton Pereira de MELO

Professor da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco
e Alagoas. Doutorando em Educação pelo PPGE-UFAL.
Mestre em Filosofia pela UFPE. Orcid:
<https://orcid.org/000-0002-3089-4455>
Email: adailtonpmelo@hotmail.com



Resumo

A sociedade vem passando por transformações nas áreas de tecnologia e de informação, nos meios de comunicação que incluem redes sociais, que diminuem distâncias e torna os processos inter-relacionais simultâneos. Contudo, a construção no inconsciente cultural dos ditames da elite dominante, que tem seu ápice no processo de escravidão e da difusão de classes superiores composta pelos branco-cristão-europeu em detrimento das sociedades não europeias, foi internalizada de modo tal que somente um trabalho de descolonização do inconsciente por práticas filosóficas e pedagógicas desconstrutivas pode reverter o quadro de xenofobia, preconceito, racismo e intolerância experimentado nos dias de hoje. O artigo tem esse objetivo: discutir os liames que constroem e construíram a colonização das mentes e acender uma fogueira de esperança em meio a tantas resistências.

Palavras-chave

Cultural. Desconstrução. Inconsciente. Racismo. Preconceito.

Abstract

Society has been undergoing transformations in the areas of technology and information, in the media that include social networks that reduce distances and make interrelational processes simultaneous. However, the construction in the cultural unconscious of the dictates of the ruling elite that has its apex in the process of slavery and the diffusion of higher classes composed of white-Christian-European so much as non-European societies has been internalized in such a way that only a work of decolonization of the unconscious by philosophical and pedagogical deconstructive practices can reverse the picture of xenophobia, prejudice, racism and intolerance experienced today. The article has this objective: to discuss the relationships that build and built the colonization of minds and light a bonfire of hope in the midst of so many resistances.

Keywords

Cultural. deconstruction. unconscious. racism. prejudice.



Introdução

A primeira metade do século XXI vem caracterizando-se por uma série de mudanças radicais no âmbito da sociedade e dos seus indivíduos, especialmente, no que se refere às mudanças na ordem política e econômica. As primeiras modificações fizeram-se acontecer com o advento de partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, que tentou uma redistribuição da renda e favoreceu uma larga parcela da população pobre e indigente. Contudo, a elite do poder, que sempre defendeu seus privilégios, não admitindo estar em um mesmo patamar de consumo próximo daquele alcançado pelos mais pobres, em nome da pseudomoral e bons costumes e do combate à corrupção, entendeu uma campanha de retomada do poder por partidos referendados por essa mesma classe social, culminando na neutralização dos avanços sociais e da incorporação de um candidato neoliberal, tendenciosamente, fascista e sem sentido de governança.

O que a classe rica, dominante e manipuladora da opinião pública com o apoio da mídia, fez foi reativar os conceitos (pré-conceitos) adormecidos no inconsciente coletivo de uma classe que se diz média, mas que somente configura-se como respaldo econômico, político e social para aqueles que representam a minoria rica e donos do poder. A chegada de um político que representa o interesse do capital apenas despertou o inconsciente coletivo das classes de maior poder aquisitivo que começaram a povoar o discurso xenófobo, racista, patriarcal, preconceituoso em relação às minorias e à classe dos miseráveis.

Todas as mazelas encontravam-se em desejos reprimidos, haja vista que o governo anterior, de natureza popular e discurso de esquerda, criara mecanismos de repressão aos desejos abjetos da classe abastada em relação aos mais pobres, trabalhadores e camponeses de tradição sem teto e sem terras. Daí a necessidade de se compreender o que é esse inconsciente coletivo e como ele formou-se nos mais de quinhentos anos de colonização/exploração do Brasil, considerando que esse processo perdura até os dias atuais.

O que entendemos por inconsciente coletivo é extraído das ideias de Carl Gustav Jung (2014), teoria que foi adotada por algumas escolas psicológicas, mas que inspira a

investigação de que tipo de inconsciente coletivo escolar encontra-se nesse discurso, o que valida sua compreensão como fenômeno em que sentimentos, pensamentos e lembranças, e aqui acrescentamos conhecimentos, são compartilhados por toda a humanidade. Na escola, isso ocorre de geração em geração, moldado no processo de ensino e aprendizagem, que não se limita aos aspectos teóricos, técnicos e científicos, mas da *práxis* que surge desde o âmbito de gestão até as salas de aula, como lugar privilegiado de formação desse inconsciente ou de sua ruptura.

O inconsciente coletivo pode ser definido como um reservatório de imagens, em estado latente, que pode ser considerado ou chamado de arquétipos ou imagens primordiais, que cada indivíduo herda das suas ancestralidades (ou dos conhecimentos acumulados historicamente). Nesse caso, as imagens não são lembradas de maneira consciente, mas brotam e/ou são herdadas a partir de uma predisposição para reagir ao mundo da forma como seus ancestrais o fizeram, ou como a sociedade dispôs-se em sua trajetória nas experiências das relações cotidianas.

O objetivo da presente reflexão é discutir a necessidade de um processo filosófico de desconstrução do inconsciente coletivo que permeia o universo escolar, produto de um arraigado processo histórico de construção ideológica de modelos sociais, os quais se caracterizam pelo patriarcado latente, a homofobia, o machismo, o preconceito de raça, religião, entre tantos outros. Não é uma tarefa simples, haja vista que o processo não ocorre apenas no contexto da escola, embora se cristalice nele, mas precede o universo escolar e das tribos sociais nas quais são inseridas as crianças, adolescentes e jovens, tomando formato no que podemos denominar de cultura.

A produção do inconsciente coletivo na cultura

Para uma compreensão sobre como o inconsciente coletivo é construído a partir dos pressupostos ditados por uma elite dominante ou mesmo por um sistema econômico, social e político na história da vida da sociedade, o ponto de partida para a presente análise tem como fundador Carl Gustav Jung, considerando que ele dividiu a natureza psíquica, incluindo a dimensão construtiva do inconsciente coletivo.

O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência



peçoal, não sendo, portanto, uma aquisição pessoal. [...] O inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, mas é herdado. Ele consiste de formas preexistentes, arquétipos, que só secundariamente podem tornar-se conscientes, conferindo uma forma definida aos conteúdos da consciência (JUNG, 2014b, p. 51-52, §§ 88 e 90).

Na concepção de Jung (2014b), além de uma meta no inconsciente, encontraríamos também uma dupla capacidade não só de prognosticação, como também de estabelecer raízes no passado, pois o inconsciente é, segundo o autor, uma realidade *in potentia*, ou seja, o pensamento a ser pensado, a ação a ser realizada e mesmo o destino de que amanhã será lamentado já estão inconscientes no hoje. Isso não pode ocorrer se não pela repetição incessante de um discurso que se entrevê provido, até certo sentido, de uma ideologia, que funciona como tecido de evidências subjetivas, considerando que a consciência do sujeito, quando submetida a um “marketing” constante de determinada ideologia, passa ao descentramento do inconsciente que culmina na própria camuflagem do sujeito, que age pelo viés da própria ideologia em uma circunscrição discursiva direta.

Jung (2014a) afirma que o ser humano possui, de forma inconsciente, dados apriorísticos em toda a sua estrutura psíquica que passou por um processo de desenvolvimento em uma dimensão ascendente ou mesmo descendente através de toda sua ancestralidade. Isso confere ao inconsciente o aspecto histórico que lhe é característico, uma vez que passa a ser a condição essencial e fundamental para a configuração do futuro. Jung denomina o inconsciente coletivo de arquétipos, o que significa aqueles conteúdos psíquicos que ainda não foram submetidos a qualquer elaboração consciente, mas representam um dado anímico imediato (JUNG, 2014b).

O autor (2014b) analisa a vida do inconsciente coletivo a partir de ideias dogmáticas de natureza arquetípica, que flui como uma torrente no simbolismo do credo e do ritual (§ 21, p.21), visto pelo consciente como fonte de todo mau pensamento, da violência (§ 42, p.28). O inconsciente coletivo não é um sistema pessoal encasulado, “é objetividade ampla como o mundo e aberta ao mundo. Eu sou objeto de todos os sujeitos, numa total inversão de minha consciência habitual, em que sempre sou sujeito que tem objetos” (§ 46, p.30).

A leitura do inconsciente coletivo proposta por Jung (2014a; 2014b) leva ao entendimento que os maiores e melhores pensamentos da humanidade são moldados sobre imagens primordiais (arquétipos), considerados como sedimentos de experiências



constantemente revividas pela humanidade. À medida em que um arquétipo aparece ou manifesta-se em sonho, na fantasia ou mesmo na vida, ele carrega uma força que o impele à ação de modo numinoso. Isso ajuda a compreender como as elites ao longo da história promoveram esse processo de construção de um inconsciente coletivo pelos instrumentos ao seu dispor, tais como a educação, os espaços culturais e, a partir do século XVI, com o incremento do consumo de determinados bens como privilégio de classe.

A projeção das imagens arquetípicas, segundo Jung (2014b), pelo inconsciente coletivo podem ser compreendidas como o que se define esteticamente como belo e grandioso, mas, ao mesmo tempo, como projeções de infâmias e atos diabólicos passíveis de serem cometidos pela humanidade. Neste sentido, o que se denomina como cultura, no sentido de um espaço privilegiado não de manifestações típicas de comunidades e de grupos, mas como uma construção mais complexa que envolve desde a natureza da linguagem padrão aos comportamentos em sociedade ditados por um conjunto de regulamentos e normas, torna-se o lugar da plena manifestação do inconsciente coletivo fabricado ao longo dos séculos por interesses de grupos dominantes.

O jogo repetitivo de determinados padrões impostos pela cultura do poder dominante faz com que a inclusão no inconsciente coletivo de determinadas ações violentas, racistas e preconceituosas, xenófobas e pseudomoralistas sejam assimiladas pelas pessoas de tal forma que se manifestam quando surgem oportunidades sociais para tais eventos, o que resulta na negação da resistência de grupos minoritários, da invisibilidade de heróis anônimos nas classes menos privilegiadas, na divisão social pelo nível de consumo de determinados produtos (OLIVEIRA, 2014). Esse processo desvela-se, claramente, como uma espécie de darwinismo social ainda não superado, pelo fato de ser uma construção da cultura ocidental que persiste no inconsciente coletivo até dos marginalizados. Observemos que, desde o ponto de vista da semiótica, a cultura é uma inteligência coletiva e uma memória coletiva construída a partir dos arquétipos de quem dá forma ao universo cultural hegemônico.

Do ponto de vista da semiótica, a cultura é uma inteligência coletiva e uma memória coletiva, ou seja, um mecanismo supraindividual de conservação e transmissão de certos comunicados (textos) e de elaboração de novos. Nesse sentido, o espaço da cultura pode ser definido como um espaço de uma certa memória comum, ou seja, um espaço dentro de cujos limites alguns textos comuns podem ser preservados e atualizados. A atualização delas é realizada dentro dos limites de algum invariante de significado que permite dizer que no contexto da nova época o texto preserva, com toda a variância das interpretações, a qualidade de ser idêntico a si mesmo.



Assim, a memória comum para o espaço de uma determinada cultura é assegurada, em primeiro lugar, pela presença de alguns textos constantes e, em segundo lugar, seja pela unidade dos códigos, seja por sua invariância, seja pela natureza ininterrupta e regular de sua transformação¹ (LOTMAN, 1996, p.109).

Federici (2017), em sua obra *Calibã e a bruxa*, ao analisar a relação mulheres, corpo e acumulação capitalista, mesmo considerando a acumulação capitalista sob o viés marxista, analisa como práticas historicamente forjadas por determinadas classes (especialmente masculinas e/ou religiosas) que construíram, na perseguição às bruxas na Idade Média, a acumulação do trabalho e a degradação das mulheres como *continuum* de exploração de gênero e de classe (piorado na exploração escravista colonial e no precarizado atual), penetrando no inconsciente das culturas de classe e construiu-se nas práticas sociais disseminadas pelas instituições a serviço do Estado e das elites dominantes, ao mesmo tempo que se constitui em uma metáfora cultural defendida pelas elites dominantes.

Em relação ao processo colonizador e civilizatório imposto pelos europeus ao novo continente e ao mundo africano, autores como Fanon (2020a) em *Pele negra, máscaras brancas*, e Césaire (2010), em *Discurso sobre o colonialismo*, demonstram o quanto de imperioso e decisivo foram as instituições de modo a fazer com que os negros desejassem igualar-se em consumo e a cores do branco europeu, dito civilizado e erudito. No caso de Fanon, especificamente, seu trabalho de conclusão do curso de medicina na área de psiquiatria foi reprovado pela banca da academia francesa, pelo simples fato de ter como título: *Ensaio sobre a desalienação do negro*, em 1951.

Os arquétipos primitivos alimentados pela linguagem que perpassa a ideologia do poder transformam-se em conteúdo do inconsciente, pois se modificam em fórmulas conscientes, que são transmitidas de geração em geração, segundo a tradição e o

¹ Desde el punto de vista de la semiótica, la cultura es una inteligencia colectiva y una memoria colectiva, esto es, un mecanismo supraindividual de conservación y transmisión de ciertos comunicados (textos) y de elaboración de otros nuevos. En este sentido, el espacio de la cultura puede ser definido como un espacio de cierta memoria común, esto es, un espacio dentro de cuyos límites algunos textos comunes pueden conservarse y ser actualizados. La actualización de éstos se realiza dentro de los límites de alguna invariante de sentido que permite decir que en el contexto de la nueva época el texto conserva, con toda la variancia de las interpretaciones, la cualidad de ser idéntico a sí mismo. Así pues, la memoria común para el espacio de una cultura dada es asegurada, en primer lugar, por la presencia de algunos textos constantes y, en segundo lugar, o por la unidad de los códigos, o por su invariancia, o por el carácter ininterrumpido y regular de su transformación.



ensinamento ideológico que perpassam os instrumentos de poder como a escola, a igreja e os grupos sociais. Soma-se a isso a criação de necessidades que são orquestradas como legítimos instrumentos de mudança de classe e que surgem na dinâmica de consumo, como ocorre no comércio capitalista, uma síntese dialética das contradições de classe, considerando que “o comércio tende a criar espaços de exclusão social, que ratifica a função social como consumo” (OLIVEIRA, 2014, p.92).

Neste aspecto, Oliveira (2014), analisando os processos de distinção social que ocupam o espaço urbano no início do século XX, o que reforça a ideia de uma construção do inconsciente coletivo, patrocinado pelo despertar de necessidades de consumo quando do surgimento da complexidade urbana, que nem sempre são disponíveis para todas as classes sociais, afirma:

A aproximação das pessoas no espaço urbano contribui para a sofisticação dos mecanismos de distinção social, que se expressam na dinâmica do consumo capitalista. Nesse processo, os modelos europeus, tanto da cidade quanto de padrões de consumo, são apropriados como instrumentos de manutenção das distâncias sociais (p.157). O consumo passa a ser uma esfera de construção das distinções sociais, sendo a principal fonte de diferenciação e adoção aos padrões importados (OLIVEIRA, 2014, p.329).



Dessa forma, no século XXI, o consumo aparece como um arquétipo alimentando as manifestações imediatas dos sonhos e visões individuais, dos mitos coletivos e da ingenuidade de que existe uma aparente igualdade entre os que podem consumir bens específicos da elite. Esse arquétipo representa um conteúdo inconsciente que se modifica através da conscientização ou mesmo da percepção, assumindo matrizes que passam a variar de acordo com a consciência individual, sem deixar de se manifestar como atributo de ser coletivo, de classe ou grupo específico na seara do capitalismo. Nesse ponto, Jung (2014a) reforça a ideia mitológica de que o homem (primitivo ou moderno) não se interessa pelas explicações objetivas do óbvio, mas uma necessidade imperativa pela qual o inconsciente é impelido irresistivelmente a assimilar toda experiência sensorial externa.

A ausência: silenciamentos, indiferenças, perseguições

Um dos primeiros pressupostos que percebemos no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, a partir da colonização, é o racismo, mas, antes dele, o

patriarcalismo e o preconceito de gênero já se estabeleciam nas relações europeias (especialmente com o agravo da Inquisição na Idade Média), ganhando novo rosto com o advento do capitalismo comercial (responsável pelo sistema colonial) e avançando pelo industrial e hoje o financeiro. O que se pode observar é que o processo em que se constroem essas relações têm uma função de consumo essencial para distinção de classes. É como se o processo fosse naturalmente cultural e tendenciosamente refletido no social. “A criação cultural é social e sua expressão é resultado de uma organização individual coerente e oportuna: coerente com a visão de mundo da classe social que a criou e oportuna de acordo com os interesses históricos dessa mesma classe” (ROMÃO, 2012, p.18).

Observemos as palavras iniciais da obra *Os efeitos psicossociais do Racismo*, texto elaborado pelo IAPN²:

A suposta inferioridade do negro e a crença na supremacia de um grupo sobre outro foram sustentadas pela ciência do século XIX, com o intuito de justificar a escravização de negros. O período escravagista foi marcado pela forma animalizada e coisificada como o africano era tratado, uma estratégia que resultou na construção de uma imagem desumanizada do negro, e na desconstrução de sua identidade. Outra herança da escravização é o conjunto de atributos destinado ao negro, **que permanece vivo e atuante no inconsciente coletivo**³. A sua exclusão do processo produtivo, após a abolição, promoveu uma situação social na qual foram reforçados estigmas e estereótipos tais como: “incompetentes, preguiçosos e indolentes, malandros, sujos, marginais...”. Essas representações, mediadoras das relações interétnicoraciais, mantêm e reproduzem o racismo. Os sentimentos de inferioridade e de não pertencimento à categoria de humanos – nefastos efeitos do racismo – são responsáveis pelo acometimento à saúde psíquica da população negra (IAPN, 2008,p.9).



Nessa perspectiva, Fanon (2020a) chama a atenção para o fato de que a produção do racismo é construída pelo mito da ausência, que ocorre sob duas formas: silenciamentos sobre o outro ou apenas a indiferença. No caso do preconceito de gênero, Federici (2017), analisando as relações de poder e dominação a partir das relações que são estabelecidas no âmbito da cultura ocidental, desde o advento do cristianismo até o desenvolvimento capitalista moderno, situa a questão do gênero feminino nesse contexto que se dá pelo silenciamentos, indiferença e acrescenta a perseguição e abuso.

² Instituto Amma Psique e Negritude

³ Grifo nosso

Essa dinâmica de exploração é historicamente construída e perpetuada pela cultura que se manifesta desde a formação familiar até chegar na instituição escolar. Os sujeitos que fazem a minoria ou os menos favorecidos são reprimidos como arquétipos frente a avanços, lutas, ações afirmativas, redescoberta de resistências e lutas. Discursos são minimizados entre as classes que se consideram superiores, mas não esquecidos, passando ao âmbito do inconsciente coletivo e expresso em atitudes (às vezes, solitárias e reprimidas) contra os “párias” da sociedade. Faz parte do que comumente se denomina caráter ideológico e, neste sentido:

A ideologia dominante fundamenta-se, e está presente, na categoria da identidade e está presente não apenas nos projetos que tendem a conservar e reproduzir as atuais relações sociais, mas também no que se propõem a modifica-la ou substituí-las. O domínio da identidade é tamanho que toda forma de reivindicação se baseia na identificação: ter os mesmos direitos dos que mandam, as mesmas oportunidades, a idêntica vida, a idêntica felicidade de quem ostenta o poder. Tudo isso cria um universo comunicativo, no qual tudo o mais são apenas possíveis alternativas, mas no qual o mecanismo de identificação, da homologação, exclui qualquer alteridade (PONZIO, 2008, p.12).

Desperta-se, neste sentido, para a compreensão da crítica oferecida por Fanon (2020a; 2020b), Cesaire (2010) e Federici (2017) às dinâmicas de identificação que se estabelecem entre os colonizados em relação aos seus senhores (mulheres em relação aos homens), ou seja, o estabelecimento de critérios de identificação com a classe dominante que passa, necessariamente, pelo consumo de tudo o que pode representar produto ou mercadoria (tangível e/ou intangível) em posse da elite dominante. Nogueira (FANON, 2020b, p.16), na apresentação da obra de Fanon sobre *Alienação e liberdade*, partindo do pressuposto de identidade de classe/raça, alerta que “existência do mundo branco antinegro impõe distúrbios à população negra em estado de colonização. Numa atmosfera racista, o auto-ódio passa a ser a única oportunidade de se tornar um ser humano”. Daí decorre a necessidade de uma revolução que somente pode acontecer quando houver a descolonização do pensamento, a descolonização do inconsciente coletivo, colonização que fora moldada nas práticas sociais historicamente consolidadas pelas instituições a serviço da elite dominante. Afinal, a colonização das subjetividades tende a produzir patologias.

Dificuldades no processo de descolonização

MATOS, Junot Cornélio. DESCOLONIZAR O INCONSCIENTE COLETIVO ESCOLAR: UMA AÇÃO FILOSÓFICA PARA O SÉCULO XXI. p. 76-90.



Romão (2012), refletindo sobre a descolonização das mentes e um possível processo revolucionário, afirma que somente as classes sociais quando conseguem desenvolver uma visão do mundo coerente e unitário sobre todo o conjunto da tessitura social são capazes de iniciar um processo de descolonização das mentes e engendrar ideais revolucionários tendo em vista a transformação das práxis inconscientes. Somente os grupos marginalizados e oprimidos podem revolucionar a descolonização do inconsciente coletivo, o que implica consciência de classe, leitura crítica do mundo, ações afirmativas, organização solidária, isso porque, em instituições como a escola, por exemplo, o aparelho ideológico a serviço da elite dominante tende a construir os itinerários formativos de acordo com seus interesses, produzindo um deslize cultural para que as minorias aceitem como normalidade.

Em uma escola de sociedade burguesa, ao fazerem leitura da palavra, por exemplo, os filhos dos grupos oprimidos são informados que estão fazendo “ciência”, quando, na verdade, fazem leitura da leitura (burguesa) de mundo, portanto, leitura de uma determinada perspectiva, de uma determinada visão de mundo, de uma determinada Razão (ROMÃO, 2012, p.20).

Isso significa que desenvolvem uma (cons)ciência a partir de uma leitura alienada da realidade, que passa no coletivo a fazer parte do discurso impregnado no inconsciente (coletivo) e projetado nas práxis cotidianas de submissão e crença que o discurso da elite está carregado de racionalidade objetiva e de verdade inquestionável.

O trabalho de reconfiguração do inconsciente deve ser feito de forma coletiva, numa perspectiva de releitura da realidade social, o que somente pode acontecer nos movimentos organizados e na luta libertária dos oprimidos. Mesmo porque, quando o poder dominante não consegue criar as condições necessárias para a legitimação de seu poder no inconsciente coletivo, através do seu ideário político, social e econômico, podemos dizer ideológico e cultural, apela para o uso da violência institucionalizada (física ou *fake news*) contra quaisquer grupos que reivindiquem espaço na sociedade. Historicamente, temos o exemplo dos decretos contra as heresias na Idade Média, que engendraram revoluções contra o poder dominante (cf. FEDERICI, 2017). No caso do Brasil, a história tem demonstrado que, dos Quilombos dos Palmares a Canudos, a elite fez prevalecer sua hegemonia através da construção de um inconsciente coletivo provido das ideias de banditismo, fanatismo, negritude, nordestinos ressentidos sociais, associado ao uso da violência sem medida.



Assim como a caça às bruxas promoveu o enfraquecimento das mulheres na Idade Média, por estarem presentes nos movimentos sociais libertadores e organizarem a vida das comunidades, no período da modernidade, a partir do século XVI, a colonização provida do sistema escravista moderno criou as condições para incrementar, no inconsciente das comunidades indígenas e negras, a necessidade de “embranquecimento da alma”, assim como aos trabalhadores dos tempos hodiernos, no capitalismo industrial e financeiro, a busca desenfreada aos bens de consumo da elite como categoria de ascensão social (OLIVEIRA, 2014).

Não menos importante salientar que o mito da democracia racial busca camuflar o racismo estrutural. A defesa de princípios da moralidade cristã tenta impingir, como perversão, as sexualidades não enquadradas na sociedade heteronormativa e homofóbica. O imperativo à defesa da propriedade privada silencia ante a miséria e exclusão de empobrecidos em larga escala. Disseminou-se a ideia de um negro genérico, de um índio “selvagem” ao lado de um modelo de mulher consagrada como “Amélia, mulher de verdade”. Todas essas postulações inculcadas sem tematização, sem possibilidade sequer de percepção de sua imposição. Assim, o ideal estabelecido pela cultura dominante não somente nega visceralmente aquilo que somos e poderemos ser; mas, impõe um modelo abstrato ao qual devemos nos encaixar em nome da democracia e dos bons costumes.



Por uma descolonização do inconsciente coletivo

Um dos exemplos brilhante e eficaz do processo de colonização do inconsciente coletivo teve sua gênese nos movimentos de libertação dos países africanos, muitos deles iniciados pelo processo de alfabetização da África, na década de 1970, levado a efeito pelo programa proposto por Paulo Freire, o qual, segundo Gadotti (2012), teria suas experiências pedagógicas remodeladas pela simbiose entre educação e forças produtivas, incorporando o trabalho como princípio educativo.

Os movimentos de libertação estavam dando nascimento a uma nova realidade educativa, colocando em questão o sistema educacional do colonizador. O sistema educativo herdado do colonialismo levava à formação de uma pequena elite, não só com uma mentalidade individualista, como também extremamente mal preparada, do ponto de

vista técnico e profissional, para enfrentar os problemas e as necessidades reais do país (GADOTTI, 2012, p.60).

Estudar foi a palavra de ordem para um processo de descolonização das mentes africanas que provocaria uma adesão de todos aqueles que conseguiam, a partir dos estudos de alfabetização e pós-alfabetização, pensar para agir e agir para pensar melhor, criando, assim, consistência teórica e histórica, bem como clareza política (GADOTTI, 2012). Isso se deve ao fato de que, como afirma Mbembe (2018), mesmo a crítica ao colonialismo não consegue romper com o mito (arquétipo) que separa seres superiores (europeus/norte-americanos) de inferiores (africanos, latino-americanos e asiáticos).

Se um processo de aprendizagem crítica em um sistema simples de alfabetização consegue realizar proezas, imaginemos um aprofundamento filosófico em adolescentes e jovens, através de uma aprendizagem filosófica consistente, facilitadora e promotora de ideais éticos, visão antropológica, consciência das artimanhas do capital, crítica à razão instrumental não poderia provocar no inconsciente coletivo.

Nesse caso, faz-se necessária a criação das condições, em sala de aula e em rodas de conversa, de uma reflexão filosófica que conduza os indivíduos, sujeitos pensantes, a pensarem a sua própria visão de mundo e, quiçá, o próprio pensamento elaborado até então. O ponto crucial é fazer perceber que existe um racismo velado e que se manifesta, parafraseando Bonilla-Silva (2020), de um racismo sem raça. Como isso é possível?

A filosofia ensinada na escola tem uma missão ética⁴ por excelência: desvelar os ditames de um racismo velado que faz presente na sociedade e é alimentado no inconsciente coletivo das minorias e da classe média, como normalidade ou racionalização do status contemporâneo das minorias como fruto das dinâmicas do mercado. Observemos que as minorias, especialmente afrodescendentes, encontram-se em situação de defasagem em relação aos brancos em todas as áreas sociais; a probabilidade de estarem vivendo na extrema pobreza é quatro vezes maior e ganham aproximadamente 40 menos que os brancos (situação ainda mais desfavorável em relação às mulheres).

⁴ Para nós, essa é uma tarefa imprescindível – embora não seja a única - pois a problematização desnaturalizadora do *status quo* pode, a nosso ver, corroborar no processo de descolonização inaugurando uma relação de respeito incondicional à dignidade das pessoas negras e seus direitos.



São séculos de submissão e interiorização de um discurso que apresenta a cultura branca-cristã e europeia como superior e as demais, como inferiores, projetando a necessidade de proteção política e cultural por parte dos dominadores, uma espécie de psicopatia, segundo Fanon (2020): “Daí a necessidade de uma educação política que conscientize e desfetichize a cultura do colonizador” (GADOTTI, 2012, p.98).

Negros e pessoas pardas “são alvos de perfilhamento racial da polícia que, combinado com o sistema judiciário criminal altamente racializado, garante sua super-representação entre detidos, processados, encarcerados e, se acusado de um crime”, severamente punidos (texto adaptado de Bonilla-Silva, 2020 – o autor descreve a mesma situação para a realidade norte-americana). No caso brasileiro, tende a acentuar-se o racismo sem racistas no acolhimento negativo das cotas universitárias, na afirmação que “todo baiano é preguiçoso e todo carioca é malandro”, haja vista que são os Estados onde a presença de afro descendente é historicamente mais consolidada.

Conclusões

A escola e, especialmente, os professores são chamados a um trabalho histórico de formação de uma cultura decolonialista. Professores e escola porque são privilegiados no trabalho com crianças e adolescentes em processo de formação, o que subtende o criar as condições favoráveis a uma cultura que vá de encontro aos anseios da elite dominante ou das culturas pré-estabelecidas para controle e domínio das camadas mais vulneráveis e/ou minoritárias da sociedade.

A escola, assim como outros espaços de aprendizagem, é um lugar privilegiado na construção de um novo itinerário formativo, haja vista sua capacidade de aglutinar em um mesmo espaço os sujeitos aprendentes e os mediadores do processo, os professores. Na escola, o tempo é um contributo para a formação dos saberes acumulados, mas também para uma revisão sistemática deles.

Nela, faz-se interessante reconstruir os paradigmas filosóficos e históricos que impõem inconscientemente uma submissão aos interesses da elite dominante, carregada de racismos, preconceitos, xenofobias, entre tantas mazelas, e importa conscientizar que, quando a elite não consegue “domar” o inconsciente coletivo das massas exploradas e



expropriadas, marginalizadas e deixadas à mercê dos interesses escusos dos exploradores, tende a reprimir a realidade consciente dos libertos com o uso da força e da propaganda cultural que os motivam ir de encontro à modernidade apregoada por eles (GATO, 2020).

Observemos, minuciosamente e de maneira crítica, os casos do Massacre dos Libertos de São Luís e de Canudos como exemplos. Esses fenômenos sociais carregam em si uma ética de libertação, mas são apropriados e repassados pela cultura como acontecimentos insignificantes e ou motivados por retorno ao passado e contrários à modernidade dos novos donos do poder.

Referências

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Livros & Livros, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020b.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire na África. Encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral. In: ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012. pp. 55-121.

GATO, Matheus. **O massacre dos libertos**. Sobre raça e República no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2020.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014^a.

MATOS, Junot Cornélio. DESCOLONIZAR O INCONSCIENTE COLETIVO ESCOLAR: UMA AÇÃO FILOSÓFICA PARA O SÉCULO XXI. p. 76-90.



JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

LOTMAN, Iure M. **La semiosfera. Semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. **O mercado de prestígio**. Consumo, capitalismo e modernidade na São Paulo da “Belle Époque” (1890-1914). São Paulo: Alameda, 2014.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**. O pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. São Paulo: Contexto, 2009.

ROMÃO, José Eustáquio. Paulo Freire e Amílcar Cabral. Razões revolucionárias e a descolonização das mentes. In: ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012. pp. 13-54.



MATOS, Junot Cornélio. DESCOLONIZAR O INCONSCIENTE COLETIVO ESCOLAR: UMA AÇÃO FILOSÓFICA PARA O SÉCULO XXI. **Kalagatos**, Fortaleza, Vol.18, N.2, 2021, p. 76-90.

Recebido: 10/2021
Aprovado: 11/2021